

Maranata priorizará ações de desenvolvimento econômico

Pré-candidato defendeu desburocratização e redução de tributos no RS



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Ex-prefeito de Guaíba e pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Marcelo Maranata (PSDB) elegeu o desenvolvimento econômico do Estado como principal bandeira de campanha. O tucano tratou deste e de outros assuntos nesta quarta-feira (29) durante a reunião-almoço Tá Na Mesa, da Federasul.

Para desenvolver o Rio Grande do Sul, Maranata elencou medidas que pretende adotar caso seja eleito, como a desburocratização, o diálogo com o setor produtivo e a redução de tributos.

“A gente precisa tratar do desenvolvimento. Não se faz nada a mais se não tiver desenvolvimento. E como faz isso? Faz desburocratizando, faz realmente trazendo empresário para volta da mesa com diálogo, encontrando caminho para dar segurança política, reduzindo impostos, sendo agressivo sob o ponto de vista de trazer novas empresas e manter as empresas aqui”, disse o pré-candidato.

Maranata concorre pelo PSDB, mesmo partido pelo qual o atual governador Eduardo Leite (PSD) venceu as duas últimas eleições ao Piratini. Questionado sobre como a sua pré-candidatura se difere da administração estadual vigente, o ex-prefeito argumentou não ser ele o sucessor escolhido por Leite, mas sim o vice-governador



Marcelo Maranata, do PSDB, detalhou diretrizes do plano de governo

dor Gabriel Souza (MDB).

“Quem saiu do PSDB, saiu do PSDB. Este grupo (de apoio à pré-candidatura de Gabriel Souza) que está defendendo a continuidade (do governo Eduardo Leite) está dizendo que está tudo bem e que não precisa mudar nada no Estado”, afirmou Maranata. Ele ainda acrescentou: “o Eduardo saiu porque ele quis, ele que tomou este caminho. Ele era o candidato à Presidência da República pelo PSDB, foi uma decisão dele. Mas os que permaneceram, que são esta raiz do PSDB, é quem hoje coloca a nossa pré-candidatura de pé”.

Além de ex-prefeito de Guaíba, Maranata presidiu a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal). Enquanto estava à frente do grupo, ele realizou diversas críticas ao não cumprimento do mínimo constitucional de 12% da receita estadual para a saúde. Neste sentido, o governo Leite firmou acordo com o Ministério Público para postergar o cumprimento do mínimo até 2030.

Apesar das críticas à política de alocação de recursos para a saúde praticada pela atual gestão, sobretudo pela sobrecarga que isso transmite ao orçamento dos municípios, Maranata afirmou que, antes de cumprir o mínimo constitucional da saúde, é necessário aumentar a receita do Estado. “Vou seguir o caminho, porque no ciclo virtuoso a gente vai precisar aumentar a receita”, disse.

A campanha de Maranata ainda precisa decidir quem será o candidato a vice-governador na chapa, tendo em vista que Betty Cirne Lima, que anteriormente havia sido anunciada neste posto, abandonou a pré-candidatura. Entre os cotados, está o atual pré-candidato do PSDB ao Senado, o ex-deputado Cláudio Diaz, mas ainda não houve definição do partido. Conforme o presidente dos tucanos no Rio Grande do Sul, o vereador de Porto Alegre Moisés Barboza, o anúncio do vice de Maranata deve ocorrer na primeira quinzena de maio.

Aprovada contratação temporária para Defesa Civil

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, nesta quarta-feira, o projeto que autoriza a contratação temporária de até 50 Agentes de Serviços Técnicos e Operacionais para atuar na Defesa Civil. As contratações terão duração inicial de até dois anos, podendo ser prorrogadas por mais um ano. O processo seletivo será simplificado, baseado em critérios de experiência profis-

sional e escolaridade mínima. O edital será publicado no Diário Oficial do município.

A medida ocorre diante do vencimento dos contratos atuais, previsto para agosto, e da necessidade de manter a continuidade dos serviços, especialmente com a previsão da chegada do El Niño e da intensificação de chuvas nos próximos meses. Segundo o coordenador de Relações Institucionais e Comunitárias da Defesa Civil, Tiago Belinski,

o reforço é essencial para ampliar a capacidade de resposta do órgão. “Hoje não temos nem 50 agentes e, com a chegada de um período de maior instabilidade, precisamos de mais servidores capacitados para realizar um trabalho efetivo.”

A proposta de autoria do Executivo também tem relação com a identificação de 142 áreas de risco em Porto Alegre e a importância da atuação da Defesa Civil em situações de emergência.

Eleitores têm menos de uma semana para regularizar o título

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

Termina no dia 6 de maio o prazo para emissão do título de eleitor e realização de outros procedimentos, como transferência do local de votação e revisão de informações que constam no cadastro eleitoral. Após essa data, grande parte dos serviços será retomada somente após as eleições.

A regularização está disponível online, através do Autoatendimento Eleitoral, no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ou nos cartórios eleitorais e postos de atendimento, presencialmente.

O Tribunal Regional Eleitoral do RS está realizando mutirões de atendimento em todo o Estado. Nos dias 1, 2 e 3 de maio (sexta-feira, sábado e domingo), os eleitores têm das 12h às 17h para comparecer às unidades e regularizar os cadastros.

Até o prazo final, é possível tirar o primeiro título de eleitor, transferir o domicílio eleitoral, atualizar dados do cadastro, regularizar a si-

tuação eleitoral em casos de pendências e cadastrar a biometria. Para os casos de primeiro título ou alterações que necessitam identificação biométrica, o cidadão precisa comparecer presencialmente em uma unidade da Justiça Eleitoral.

O TSE registrou aumento no número de eleitores em todas as regiões do país, entre maio e dezembro de 2025. Até dezembro, 155,38 milhões de brasileiros estavam aptos para votar. No Brasil, o cadastramento eleitoral e o voto são obrigatórios a partir dos 18 anos e facultativos aos jovens de 16 e 17 anos, aos maiores de 70 anos e às pessoas analfabetas.

Para conferir a regularidade do seu título, o eleitor pode acessar a aba “Consultas” do site do TSE e clicar na opção “Situação do Título”.

Caso o título seja cancelado ou não haja cadastro eleitoral, o cidadão fica impedido, por exemplo, de obter passaporte e carteira de identidade, participar de concursos públicos e renovar matrícula em instituições de ensino oficial.



Cartórios eleitorais do RS vão realizar mutirão nos dias 1, 2 e 3 de maio

Confira outras datas do calendário eleitoral

🗓️ **6 de maio** - Prazo para regularização do título de eleitor

🗓️ **15 de maio** - Início campanha de arrecadação por pré-candidatos

🗓️ **16 de junho** - Data-limite para divulgação do montante de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha pelo TSE

🗓️ **30 de junho** - Vedada a transmissão de programas apresentados por pré-candidatos em emissoras de rádio ou televisão

🗓️ **4 de julho** - Vedadas nomeações, exonerações e contratações por parte de agentes públicos e a participação em inaugurações de obras públicas

🗓️ **20 de julho a 5 de agosto** - Realização de convenções partidárias pelos partidos e federações sobre coligações e escolha de candidatas e candidatos que concorrerão aos cargos

🗓️ **15 de agosto** - Data-limite pedido de registro de candidatura à Justiça Eleitoral

🗓️ **16 de agosto** - Início propaganda eleitoral nas ruas e internet

🗓️ **18 de agosto** - Prazo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida solicitarem outra seção ou local de votação

🗓️ **28 de agosto a 1º de outubro** - Início horário eleitoral gratuito nas emissoras de rádio e TV

🗓️ **14 de setembro** - Lacração sistemas eleitorais e programas de verificação desenvolvidos pelas entidades fiscalizadoras

🗓️ **14 de setembro** - Último dia para o eleitor que se adequar à resolução do programa Seu Voto Importa solicitar o fornecimento de transporte especial

🗓️ **4 de outubro** - 1º turno

🗓️ **25 de outubro** - 2º turno